



# LÍNGUA(GEM), DISCURSO E EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DIANTE DOS RECENTES MOVIMENTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Jonathan Ribeiro Farias de MOURA<sup>1</sup>

Viviane dos Ramos SOARES<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Fundação Oswaldo Cruz. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9108733645787572>. E-mail: [jrfm\\_88@hotmail.com](mailto:jrfm_88@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(2020). Professora da Fundação Oswaldo Cruz. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/9083731963032321>. E-mail: [vvivianesoares@gmail.com](mailto:vvivianesoares@gmail.com).



O dossiê *Língua(gem), discurso e educação: os desafios diante dos recentes movimentos da política educacional brasileira* tem como objetivo contribuir com o debate sobre o ensino da língua(gem) a partir dos efeitos de sentido presentes na textualidade dos recentes movimentos da política educacional brasileira que dariam conta de substituir “o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível” (BNCC, 2018, p. 475).

O Brasil é um país de dimensões continentais. A maior parte das suas fronteiras é com países onde a língua espanhola é predominante, com uma porção pequena de países com outras línguas oficiais como o inglês (na Guiana); o holandês (no Suriname) e o francês (na Guiana Francesa). Nesse sentido, há um imaginário de que o Brasil é um país monolíngue, em que a língua portuguesa, distinta da língua portuguesa de Portugal, é a única língua falada no Brasil, ignorando, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e as mais de 260 línguas indígenas; além das línguas de imigração e de herança que são/foram trazidas para o Brasil e aqui se alocaram e significam em diversas regiões diferentes.

Dessa forma, vemos políticas educacionais que, baseando-se amplamente em argumentos instrumentais, apelam para a importância de que os estudantes tenham “opções de escolha” (BNCC, 2018, p. 477) – daí os itinerários formativos. Uma viagem que, para ser ofertada, “deve considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares” (BNCC, 2018, p. 478) e que pode ter 5 destinos: a) linguagens e suas tecnologias; b) matemática e suas tecnologias; c) ciências da natureza e suas tecnologias; d) Ciências humanas e sociais aplicadas e e) formação técnica e profissional. Uma segmentação



ligada à divisão social. Nos termos marxistas de Michel Pêcheux ([1975]2014, p. 82), a leitura é a de que “o fato de as classes não serem “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

O conjunto de textos aqui presentes encetareflexões sobre os documentos oficiais que norteiam os currículos escolares, como o texto *As Políticas de Línguas no Brasil Contemporâneo e as “Lutas Ideológicas de Movimento”* em que Mariza Vieira da Silva aborda como “Lutas Ideológicas de Movimento” (nos termos de Pêcheux, 2011) se travam nas políticas de línguas desenvolvidas no Brasil a partir da segunda metade do século XX, de forma a enfrentar os desafios que se apresentam em movimentos recentes da política educacional brasileira e, ao mesmo tempo, trabalhar outros gestos de leitura possíveis como forma de resistência.

Já no texto de Isabella Lopes Pederneira, Elaine Alves Santos Melo e Murilo Mariano Vilaça denominado *Teoria linguística e Ensino de língua materna na Educação Básica*, os autores discorrem sobre uma forma de pensar a língua que contribui, simultaneamente, para o exercício do pensamento científico e para o ensino escolar de gramática em sala de aula e, a partir daí, tendo a teoria linguística e a metodologia do ensino de língua materna, alcançar como resultado uma proposta de ensino que desenvolva o domínio ativo da língua nativa por parte dos alunos, seja na fala ou em suas modalidades artificiais da leitura e escrita.

O texto *A Lei Nº 13.415/17 e a BNCC como agentes de Silenciamento e Invisibilização dos docentes de “Língua no Francas”* de Cristina Lopes e Maria do Rosário Gregolin traz a discussão sobre as “língua no francas”, que são línguas preteridas em documentos oficiais como a língua espanhola,



por exemplo. As autoras refletem como tais documentos são uma forma de agentes de silenciamento e invisibilização dessas línguas e dos professores que estão inscritos numa formação discursiva de “Professores de língua estrangeira moderna”.

O texto que encerra o dossiê é *Sentidos de Línguas Brasileiras na BNCC: Tensões de Imaginário de Unidade e de Diversidade* das autoras Juciele Pereira Dias, Luciana Nogueira e Tania Clemente de Souza, neste as autoras trazem a foco a tensão entre a concepção oficial de o Brasil ser um país monolíngue (Língua Portuguesa) e a pluralidade linguística (como a Libras, as Línguas Indígenas, as Línguas de Imigração, etc). Denunciam, ainda, o uso do mecanismo linguístico-discursivo “multi” em documentos oficiais como subterfúgio para “abarcá-lo” a pluralidade linguística do país, tomando como exemplo línguas cooficializadas.

Este dossiê não tem a pretensão de esgotar os temas por ora explorados. Os textos aqui publicados estão em diálogo com o que ocorre nas salas de aula, nos gabinetes de decisão de representantes do Estado, nas dúvidas dos estudantes, nas salas de professores, nas pesquisas nas universidades. Cada um a sua maneira contribuindo para aquilo que é o bem maior que é a Educação Brasileira. Tenham uma boa leitura!